

Plano de Metas beneficia áreas social, industrial e agrícola

BRASÍLIA — O Plano de Metas, que o Governo aprova hoje, estabelecendo políticas para as áreas social, industrial e agrícola no triênio 87/ 89, estima que a União vai arrecadar em tributos Cz\$ 351,4 bilhões, em 1987; Cz\$ 371 bilhões em 1988 e Cz\$ 392 bilhões em 1989.

O objetivo principal do Governo, com o Plano de Metas, é promover mudanças na estrutura social, de forma que o bem-estar do brasileiro equipare-se à qualidade de vida do povo espanhol, que é intermediária entre os países industrializados e os subdesenvolvidos.

Para isto, o Governo mobilizará recursos financeiros e humanos para erradicar doenças endêmicas ainda existentes no País e ampliará a distribuição da merenda escolar

também para os irmãos dos alunos. As comunidades rurais, com até dois mil habitantes, receberão tratamento especial, com medidas de saneamento básico.

A política agrícola estabelecerá preços mínimos plurianuais para o próximo triênio, estimulando culturas básicas, como arroz, feijão, milho e mandioca. A meta é aumentar a produção em 16 milhões de toneladas e incorporar mais cinco milhões de hectares à área agrícola.

A política industrial privilegiará as indústrias de bens de consumo, como calçadista, alimentícia e têxtil, que contarão com o crédito oficial para financiar seus investimentos e capital de giro.

A informatização das grandes indústrias, como a automobilística, se-

rá estimulada. As empresas nacionais nas atividades de ponta — informática e química fina (fármacos e fertilizantes) — terão tratamento diferenciado das multinacionais que atuam na área.

Em seu capítulo macroeconômico, o Plano de Metas introduz um novo conceito de déficit público e cria um documento contendo o acompanhamento detalhado da execução dos objetivos.

O Plano de Metas será acompanhado do Orçamento Plurianual de Investimentos (OPI), que será submetido ao Congresso. Esse orçamento incluirá, também, os recursos do Fundo de Desenvolvimento Nacional, que financiará os investimentos públicos no próximo triênio.